

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NA AÇÃO ORIGINÁRIA 1.672 RIO GRANDE DO NORTE

RELATOR	: MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S)	: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROC.(A/S)(ES)	: AGU - JOSÉ CÂNDIDO MAGALHÃES
PROC.(A/S)(ES)	: AGU - RICARDO OLIVEIRA LIRA
AGDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
LIT.PAS.(A/S)	: DARTANHAN VERCINGETÓRIX DE ARAÚJO E ROCHA
ADV.(A/S)	: KARLYNE LACERDA DE OLIVEIRA

Agravo regimental em ação originária. 2. Competência do STF para apreciar impugnação a deliberações do CNMP restringe-se aos casos de mandado de segurança, *habeas data*, *habeas corpus* ou mandado de injunção. Art. 102, I, “r”, da Constituição Federal. AO 1706 AgR/DF, rel. Min. Celso de Mello, Pleno, DJe 18.2.2014. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do ministro Celso de Mello, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

Ministro **GILMAR MENDES**

Relator

Documento assinado digitalmente

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NA AÇÃO ORIGINÁRIA 1.672 RIO GRANDE DO NORTE

RELATOR	: MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S)	: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROC.(A/S)(ES)	: AGU - JOSÉ CÂNDIDO MAGALHÃES
PROC.(A/S)(ES)	: AGU - RICARDO OLIVEIRA LIRA
AGDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
LIT.PAS.(A/S)	: DARTANHAN VERCINGETÓRIX DE ARAÚJO E ROCHA
ADV.(A/S)	: KARLYNE LACERDA DE OLIVEIRA

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR): Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão de fls. 366-367, que declarou a incompetência desta Corte para processar e julgar a presente ação ordinária e determinou a remessa dos autos ao juízo competente.

Nas razões recursais, o Conselho Nacional do Ministério Público sustenta que o STF possui competência para apreciar e julgar todas as ações movidas em seu desfavor.

É o relatório.

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NA AÇÃO ORIGINÁRIA 1.672 RIO GRANDE DO NORTE

V O T O

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR): No agravo regimental, não ficou demonstrado o desacerto da decisão agravada.

Verifico que as alegações da parte são impertinentes e decorrem de mero inconformismo com a decisão adotada por este Tribunal.

O agravante não trouxe argumentos suficientes a infirmar a decisão, visando apenas à rediscussão da matéria já decidida em conformidade com a jurisprudência pacífica desta Corte.

Como já demonstrado na decisão ora agravada, o Plenário desta Corte, no julgamento na AO 1706 AgR/DF, Celso de Mello, DJe 18.2.2014, firmou entendimento de que a competência originária do Supremo Tribunal Federal, cuidando-se de impugnação a deliberações do CNJ, há de ser reconhecida, nos termos do art. 102, I, “r”, da Constituição Federal, apenas nos casos de mandado de segurança, *habeas data*, *habeas corpus* ou mandado de injunção, visto qualificar-se o CNJ, nessas hipóteses, como órgão coator com legitimação passiva. Tratando-se, porém, de demanda diversa, deliberou o Plenário que não se configura competência originária do STF, por tratar-se de hipótese não compreendida no art. 102, I, alíneas “d” e “q”, da Constituição Federal.

Tendo em vista a expressa referência no mesmo dispositivo às ações contra o CNMP, igual entendimento há de ser aplicado, também às deliberações do referido Conselho.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo regimental.



SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NA AÇÃO ORIGINÁRIA 1.672

PROCED. : RIO GRANDE DO NORTE

RELATOR : MIN. GILMAR MENDES

AGTE.(S) : CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROC.(A/S)(ES) : AGU - JOSÉ CÂNDIDO MAGALHÃES

PROC.(A/S)(ES) : AGU - RICARDO OLIVEIRA LIRA

AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO NORTE

LIT.PAS.(A/S) : DARTANHAN VERCINGETÓRIX DE ARAÚJO E ROCHA

ADV.(A/S) : KARLYNE LACERDA DE OLIVEIRA

Decisão: A Turma, por votação unânime, **negou** provimento ao recurso de agravo, **nos termos** do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli. Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 29.09.2015.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli, em face da participação no III Congresso Internacional da Advocacia Estatal, Local e Federal, promovido pela Procuradoria-Geral da Cidade de Buenos Aires e realizado na Argentina.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco.

Ravena Siqueira
Secretária